

EN 378 em discussão hoje com as câmaras de Seixal, Sesimbra e IP

written by Maria Paulo | 22 de Dezembro, 2025



A Câmara Municipal do Seixal reúne hoje, dia 22 de dezembro, com a Infraestruturas de Portugal (IP) para exigir **medidas imediatas que garantam a segurança rodoviária na Estrada Nacional 378 (EN 378)**, fundamental para a mobilidade entre os concelhos do Seixal e de Sesimbra.

A autarquia alerta para um problema estrutural de **mobilidade** que afecta diariamente centenas de munícipes, **agravado pela degradação acentuada da via**, que se intensificou após as recentes chuvas intensas. Em novembro, a Câmara enviou uma exposição ao Ministro das Infraestruturas, apontando o agravamento das condições da EN 378 e o aumento dos riscos para a segurança dos utilizadores.

Paulo Silva, presidente da Câmara Municipal do Seixal, destaca que ***“esta é uma estrada com elevado volume de tráfego e o principal acesso à freguesia de Fernão Ferro, que conta atualmente com cerca de 28 mil habitantes. Sempre que se registam períodos de chuva intensa, a via inunda, provocando danos significativos e, em alguns casos, obrigando ao corte da estrada, com impactos muito negativos na vida de centenas de automobilistas”***.

A requalificação da EN 378 tem sido reclamada desde o ano 2000. Em 2004, a então Estradas de Portugal elaborou um estudo para a beneficiação da via que incorporava sugestões da Câmara do Seixal. Contudo, em 2010, esse estudo foi considerado desactualizado e inadequado, e as intervenções passaram a ser pontuais. O Plano de Proximidade 2015-2019 previa a reabilitação do troço entre o quilómetro 3,950 (Seixal) e o quilómetro 10,830 (Fernão Ferro), mas essa intervenção não foi concretizada.

Mais recentemente, em 2024, a Câmara foi auscultada pela IP relativamente ao Projeto de Execução de Requalificação da EN 378 e, em julho, emitiu parecer apontando que muitas preocupações apresentadas não haviam sido consideradas.

Paulo Silva reafirma que a Câmara do Seixal mantém ***“total disponibilidade para colaborar institucionalmente com a IP”*** e espera que esta reunião ***“marque um ponto de viragem neste processo, permitindo passar dos sucessivos diagnósticos à implementação efetiva de soluções, compatíveis com a realidade do território e com as legítimas expectativas da população”***.

OC/MP